



Perguntas Frequentes

Registo de Produtores de Produtos

no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente
(SILiAmb)

V2.16 – janeiro de 2021

Índice

A. Enquadramento	7
A1. Quem são os produtores de produtos e/ou embaladores que têm obrigação de proceder ao Registo na plataforma SILiAmb?	7
A2. Quais as obrigações de registo dos produtores de produtos/ embaladores abrangidos por fluxos específicos de resíduos?	8
A3. Sou produtor de resíduos e já estou inscrito no SILiAmb porque preencho o MIRR. Tenho de me inscrever novamente?	9
A4. O sistema não deixa avançar sem preencher o CAE?	9
A5. Sou uma entidade estrangeira, como preencho os campos do “Concelho” e “CAE” no registo inicial no SILiAmb?	10
A6. Já procedi ao registo no SILiAmb mas não consigo avançar com o enquadramento nos Fluxos Específicos. Ocorreu algum erro no registo?	10
A7. É possível nomear um utilizador com acesso exclusivo ao módulo de Fluxos Específicos do SILiAmb?	10
A8. Os nomeados podem enquadrar produtos?	10
A9. Efetuei enquadramento com o meu NIF de nomeado. O que devo fazer?	11
A10. Os nomeados devem enquadrar-se enquanto representantes autorizados?	11
A11. Não consigo visualizar o botão de “Novo Enquadramento”. O que fazer?	11
A12. Existe um prazo legal para efetuar o enquadramento?	12
A13. Enquadrei um produto incorretamente. O que devo fazer?	12
A14. Recebi uma notificação de indeferimento. Onde posso consultar os motivos?	12
A15. O produto foi indeferido. O que devo fazer?	13
A16. Tenho contrato com a entidade gestora como produtor de resíduos. O meu produto foi indeferido. O que fazer?	13
A17. Posso desassociar um produto que se encontre no estado “em validação”?	13
A18. Para adicionar um novo produto ao meu enquadramento, tenho de fazer um novo enquadramento?	14
A19. Quero adicionar ao meu enquadramento novos fluxos específicos. Devo utilizar o botão “Novo Enquadramento”?	14
A20. O registo como produtor de produtos implica o preenchimento do MIRR e a emissão de e-GAR?	14
A21. Sou produtor de produtos. Tenho de emitir e-GAR em nome dos meus clientes, quando os produtos se tornarem resíduos?	14
A22. Já procedemos ao Enquadramento dos produtos e/ou embalagens. Qual o passo seguinte?	14

A23. O registo tem custos?	15
A24. Como preencho a data de adesão?	15
A25. Mudei de entidade gestora em 2020 e ainda não efetuei enquadramento no Registo de Produtores. Como declaro a colocação no mercado referente ao ano de 2019?	15
A26. Como retifico a data de adesão à entidade gestora?	16
A27. A que se refere a “data do estado”?	16
A28. Que informação deve ser preenchida na “data do início”?	16
A29. No caso de um utilizador final ou de um distribuidor que adquire EEE a um produtor estrangeiro, quem tem a obrigação de registo?	16
A30. Como faço registo enquanto Representante Autorizado de produtos que não sejam Equipamentos Elétricos e Eletrónicos?	17
A31. Se num determinado ano não colocar um produto e/ou embalagem no mercado, devo desassociá-lo?	18
A32. Se num determinado ano não colocar a marca A no mercado, devo remover essa marca do enquadramento?	18
A33. Os produtores das Regiões Autónomas também têm de se registar?	19
A34. Efetuei registo por engano. Como elimino o registo?	19
A35. A empresa que encerrou atividade e não colocou produtos no mercado no ano anterior nem vai colocar no ano corrente tem de efetuar Enquadramento e submeter as Declarações?	19
B. Declarações Periódicas	19
B1. Quais os prazos de submissão das declarações?	19
B2. Adicionei um produto no enquadramento mas não me aparece na declaração. O que devo fazer?	19
B3. Não consigo submeter a declaração, o sistema diz que tenho produtos por enquadrar. O que devo fazer?	20
B4. Como preencho quantidades inferiores a 1 tonelada?	21
B5. Enquadrei produtos por engano e embora estejam desassociados aparecem na declaração. O que devo fazer para submeter a declaração? Devo esperar que os produtos desassociados sejam eliminados?	21
B6. Como faço para corrigir uma declaração? O botão de ‘Nova declaração’ não está disponível.	21
B7. Editei a declaração previamente submetida. Como faço para guardar os dados?	21
B8. Existem coimas associadas à não submissão das declarações?	21
C. Embalagens	22
C1. Os embaladores têm de se registar?	22

C2. Tenho de registar as embalagens fora do âmbito dos sistemas integrados das entidades gestoras?	22
C3. Quero enquadrar uma embalagem primária, secundária e terciária de produtos industriais/profissionais, mas não surge a opção “Sistema Integrado”. Porquê?	22
C4. Eu embalo os produtos mas não sou eu que os vendo diretamente ao consumidor final. Vendo a revendedores que vendem ao cliente final? Tenho que me registar?	22
C5. Sou apenas importador de produtos embalados que revendo logo de seguida. Tenho de me registar?	23
C6. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e não vendo o produto que importo porque utilizo no meu processo produtivo. Estou a colocar produto no mercado? Tenho que me registar e declarar essas embalagens no Registo de Produtores e/ou embaladores?	23
C7. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e declaro essas mesmas embalagens no MIRR porque se tornam resíduo na minha empresa. Tenho de me registar no registo de produtores e/ou embaladores? Não é uma duplicação de informação?	23
C8. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e declarava essas embalagens no antigo formulário criado para o efeito. O que mudou para este novo registo?	23
C9. O mesmo produto é acondicionado por uma embalagem primária, uma secundária e uma terciária. Basta enquadrar o produto uma vez, só para uma das categorias?	24
C10. Embalo os meus produtos em embalagens de diferentes materiais. Basta enquadrar, apenas, as embalagens de um dos tipos de material?	25
C11. Ao fazer o enquadramento de embalagens de plástico, tenho de indicar qual o tipo de plástico?	25
C12. Como devo enquadrar uma embalagem que é constituída por dois ou mais tipos de materiais?	25
C13. Quero enquadrar diferentes entidades gestoras no mesmo material de embalagem. Como devo fazer?	26
C14. Quero enquadrar diferentes entidades gestoras no mesmo material de embalagem porque tenho clientes que contratualizaram com uma entidade gestora diferente da minha. Como faço?	27
C15. Embalo produtos com a marca de um cliente; produzo produtos para o meu cliente e embalo os mesmos de acordo com requisitos que o meu cliente solicita (tipo de embalagem, dimensão da embalagem, material da embalagem). Quem deve reportar essas embalagens no Registo de Produtores, eu ou o meu cliente?	27
C16. - Anulada	27
C17. Onde posso consultar o que é ou não considerado embalagem para poder proceder ao enquadramento em conformidade?	27
C18. Devo enquadrar as embalagens de serviço que adquiero?	29
C19. É necessário enquadrar as embalagens reutilizáveis?	29

C20. Recebo produto em embalagens de boa qualidade e aproveito para reutilizar essas embalagens. Devo enquadrar essas embalagens como reutilizáveis?	29
C21. De quem é a responsabilidade de enquadramento das embalagens reutilizáveis? Quais as embalagens reutilizáveis que devem ser enquadradas?	30
C22. Que informação deve ser declarada nas declarações de embalagens reutilizáveis?	30
C23. No Enquadramento das embalagens generalistas de grande consumo, secundárias e terciárias, pode ser selecionada a opção “não abrangido por sistema de gestão”?	31
C24. O tipo de plástico da minha embalagem não aparece na lista? O que fazer?	31
C25. As embalagens secundárias e terciárias que acondicionam as embalagens de serviços têm de ser declaradas à entidade gestora pelo fornecedor das embalagens de serviço?	32
C26. Os materiais que acondicionam resíduos têm de ser declarados enquanto embalagens?	32
D. Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE)	32
D1. Os Produtores que já estavam registados na ANREEE vão manter o mesmo número de registo após a validação do enquadramento?	33
D2. Os produtores de EEE têm de enquadrar e declarar as embalagens que acondicionam os EEE que declaram no registo?	33
D3. Como adiciono subcategorias no Enquadramento?	33
D4. Como devo proceder à alteração das 10 categorias de EEE para as novas 6 categorias?	33
E. Óleos Alimentares	34
E1. Os produtores de óleos alimentares têm de declarar embalagens?	34
F. Óleos Lubrificantes	34
F1. Uma empresa que importe equipamentos que contenham óleo tem de se registar enquanto produtor de óleos novos?	34
F2. Um importador de veículos usados tem de se registar enquanto produtor de óleos?	35
F3. Os produtores de óleos lubrificantes têm de declarar embalagens?	35
G. Pilhas e Acumuladores	35
G1. Os Produtores que já estavam registados na ANREEE, Ecopilhas ou Valorcar vão manter o mesmo número de registo após a validação do enquadramento?	35
G2. Só coloco uma a duas pilhas anualmente no mercado. Como declaro esta quantidade tão pequena quando o sistema tem um número limitado de casas decimais?	35
G3. Os produtores de pilhas e acumuladores têm de declarar embalagens?	35
H. Pneus Usados	36
H1. Os produtores de pneus têm de declarar embalagens? E os rótulos/etiquetas?	36
H2. Como obter informação da quantidade de pneus colocados no mercado em peso (t)?	37
I. Veículos	37

I1. Uma empresa que comercialize máquinas agrícolas, industriais e/ou movimentação de cargas tem de se enquadrar nos Veículos?	37
I2. Como se reporta a informação prevista no n.º 6 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017?	38
I3. Que produtos devem ser enquadrados e declarados pelos produtores de veículos?	38
I4. Os importadores de veículos usados têm de se registar?	39
I5. No Enquadramento, qual o “tipo de sistema” que deve ser selecionado pelos fabricantes e pelos importadores de veículos?	39
I6. Sou operador de desmantelamento de VFV e quando importo veículos ainda não sei se é para desmantelamento ou para venda enquanto veículo em 2.ª mão. Tenho de me registar? E como preencho a declaração?	39

A. Enquadramento

A1. Quem são os produtores de produtos e/ou embaladores que têm obrigação de proceder ao Registo na plataforma SILiAmb?

O Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, (Unilex), na sua atual redação, aplicável a Embalagens e resíduos de embalagens (ERE), Óleos lubrificantes Usados (OU), Pneus Usados (PU), Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), Resíduos de Pilhas e Acumuladores (RPA) e Veículos em Fim de Vida (VFV), apresenta a seguinte definição de Produtor de Produto:

nn) «Produtor do produto»: a pessoa singular ou coletiva que, independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda efetuada por comunicação à distância nos termos do Decreto-Lei n.º 143/2001, de 26 de abril, na sua redação atual, e não incluindo quem proceda exclusivamente ao financiamento nos termos de um acordo de financiamento, a menos que atue igualmente como produtor na aceção das subalíneas seguintes:

- i) Esteja estabelecida no território nacional e fabrique o produto, incluindo os incorporados em aparelhos, equipamentos ou veículos, sob nome ou marca próprios, ou mande conceber ou fabricar o produto e o comercialize sob nome ou marca próprios em Portugal;*
- ii) Esteja estabelecida no território nacional e proceda à revenda, aluguer ou qualquer outra forma de disponibilização no mercado, em Portugal, sob nome ou marca próprios, do produto, incluindo os incorporados em aparelhos, equipamentos ou veículos, produzido por outros fornecedores, não se considerando o revendedor como produtor caso a marca do produtor seja aposta no produto, de acordo com o disposto na subalínea anterior;*
- iii) Esteja estabelecida no território nacional e coloque no mercado produto, incluindo os incorporados em aparelhos, equipamentos ou veículos, proveniente de um país terceiro ou de outro Estado-Membro da União Europeia;*
- iv) Proceda à venda, aluguer ou qualquer outra forma de disponibilização no mercado de produtos, incluindo os incorporados em aparelhos, equipamentos ou veículos, através de técnicas de comunicação à distância, diretamente a utilizadores particulares ou a utilizadores não particulares em Portugal e esteja estabelecida noutro Estado-Membro da União Europeia ou num país terceiro.*

No que se refere a embalagens e/ou a embalagens de serviço, para além da definição de produtor de produto, deverá também considerada a definição de embalador, assim como a definição de fornecedor de embalagem de serviço, de acordo com o Diploma supramencionado:

q) «Embalador», aquele que a título profissional, embale ou faça embalar os seus produtos, ou importe produtos embalados, e que é responsável pela sua colocação no mercado.

x) «Fornecedor de embalagem de serviço», o produtor de embalagens de serviço, na aceção da alínea nn), enquanto responsável pela primeira colocação no mercado.

Dá-se nota que, apenas e só para o caso específico das embalagens de serviço, o responsável pelo cumprimento das obrigações legais dispostas no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, é o fabricante e/ou importador das mesmas.

No que se refere aos Óleos Alimentares Usados, o Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, define como «Produtor de óleos alimentares» a pessoa singular ou coletiva que:

- i) *Produz e coloca no mercado óleos alimentares novos sob a sua própria marca;*
- ii) *Coloca no mercado, sob a sua própria marca, óleos alimentares novos produzidos por terceiros;*
- iii) *Importa ou coloca no mercado óleos alimentares novos.*

A2. Quais as obrigações de registo dos produtores de produtos/embaladores abrangidos por fluxos específicos de resíduos?

O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, estabelece que os produtores de produtos, bem como os embaladores, e os fornecedores de embalagens de serviço no que respeita ao fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens, estão obrigados a comunicar à APA, I. P., através do sistema integrado de registo eletrónico de resíduos, o tipo e a quantidade de produtos ou o material e quantidade de embalagens colocados no mercado nacional e o sistema de gestão por que optaram em relação a cada tipo de resíduo, sem prejuízo de outra informação específica de cada fluxo específico de resíduos.

No que se refere ao fluxo de Óleos Alimentares Usados (OAU), e pese embora não esteja abrangido pelo princípio da responsabilidade alargada do produtor, a legislação específica aplicável – o Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro - define no artigo 14.º que os produtores de óleos alimentares reportam a informação relativa a quantidades anualmente colocadas no mercado através do sistema integrado de registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), sendo que este foi integrado no SILiAmb.

Assim, os produtos objeto de registo são aqueles abrangidos pela legislação de fluxos específicos de resíduos, o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro:

- Embalagens;
- Equipamentos Elétricos e Eletrónicos;
- Óleos alimentares;
- Óleos lubrificantes;
- Pilhas e Acumuladores;
- Pneus;
- Veículos.

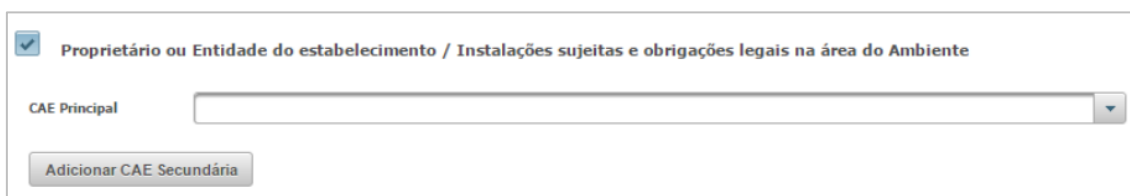
A3. Sou produtor de resíduos e já estou inscrito no SILiAmb porque preencho o MIRR. Tenho de me inscrever novamente?

Não, a inscrição no SILiAmb é única e permite a utilização dos seus diferentes módulos.

Se se tratar apenas de produtor de resíduos não se deve enquadrar no Registo de Produtores de Produtos.

A4. O sistema não deixa avançar sem preencher o CAE?

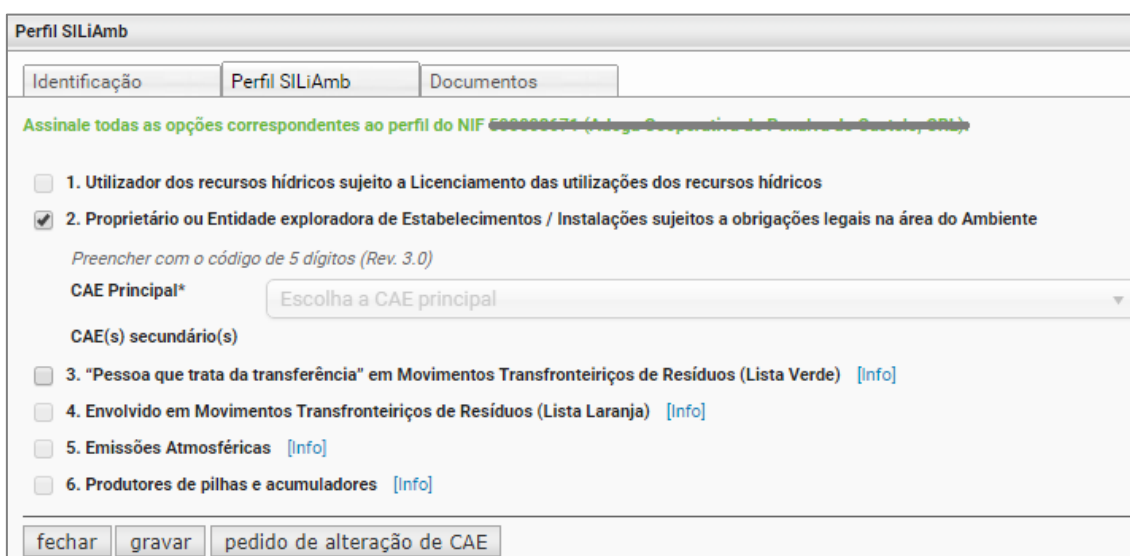
Quando se faz login pela primeira vez no SILiAmb, o utilizador é direcionado para o formulário de introdução de dados adicionais de registo. Neste formulário deve ser selecionada a opção “Proprietário ou Entidade exploradora de Estabelecimentos / Instalações sujeitos a obrigações legais na área do Ambiente” (figura 1) e indicar pelo menos o código CAE principal e os códigos CAE secundários se aplicável. Deverá assegurar que os códigos CAE indicados são os que se encontram registadas no SICAE (<http://www.sicae.pt/>).



O formulário de registo inicial no SILiAmb apresenta uma opção selecionada: "Proprietário ou Entidade do estabelecimento / Instalações sujeitas e obrigações legais na área do Ambiente". Abaixo desta opção, há um campo rotulado "CAE Principal" com uma seta para baixo, indicando que é uma lista suspensa. Abaixo deste campo, encontra-se um botão rotulado "Adicionar CAE Secundária".

Figura 1 – Formulário de registo inicial no SILiAmb.

Para utilizadores que já se encontram inscritos no SILiAmb, para conseguir concluir o pedido de enquadramento deve ter, no perfil SILiAmb (ver figura 2), um CAE válido com 5 dígitos pelo que deve fazer um pedido de alteração de CAE: selecionar “Definições do Utilizador/Perfil”, selecionar o separador “Perfil SILiAmb”, clicar em “pedido de alteração de CAE”, selecionar o(s) códigos CAE da organização e submeter o pedido que será validado pela APA. Após validação já será possível fazer o enquadramento no Registo de Produtores de Produtos.



A interface de edição do perfil SILiAmb mostra uma barra de navegação com "Identificação", "Perfil SILiAmb" (selecionado) e "Documentos". Abaixo, há uma instrução: "Assinale todas as opções correspondentes ao perfil do NIF 60090574 (Atividade Exploradora de Estabelecimentos, SRI)". Seguem-se seis opções com caixas de seleção:

- ☐ 1. Utilizador dos recursos hídricos sujeito a Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos
- ☒ 2. Proprietário ou Entidade exploradora de Estabelecimentos / Instalações sujeitos a obrigações legais na área do Ambiente
- ☐ 3. "Pessoa que trata da transferência" em Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (Lista Verde) [Info]
- ☐ 4. Envolvido em Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (Lista Laranja) [Info]
- ☐ 5. Emissões Atmosféricas [Info]
- ☐ 6. Produtores de pilhas e acumuladores [Info]

Para a opção 2, há uma subseção com o texto "Preencher com o código de 5 dígitos (Rev. 3.0)". Contém um campo "CAE Principal*" com uma lista suspensa que mostra "Escolha a CAE principal". Abaixo dele, há o texto "CAE(s) secundário(s)". Na base do formulário, há três botões: "fechar", "gravar" e "pedido de alteração de CAE".

Figura 2 – Edição de perfil SILiAmb.

A5. Sou uma entidade estrangeira, como preencho os campos do “Concelho” e “CAE” no registo inicial no SILiAmb?

Para as entidades estrangeiras o campo Concelho encontra-se temporariamente obrigatório no registo SILiAmb, pelo que pode selecionar qualquer concelho Português (por exemplo Lisboa) e no código postal pode colocar 0000-000.

Relativamente ao CAE, pode selecionar o mais adequado tendo em conta a atividade que desenvolve, sugerindo-se a pesquisa no campo relativo aos CAE por designação.

A6. Já procedi ao registo no SILiAmb mas não consigo avançar com o enquadramento nos Fluxos Específicos. Ocorreu algum erro no registo?

Não necessariamente. O registo no SILiAmb vai gerar um pedido de validação de dados que é analisado pela APA, conforme mensagem apresentada na Figura 3. Com esta análise pretende-se melhorar a qualidade dos dados de registo, incluindo os códigos CAE indicados. Após análise, a APA defere, indefere ou cancela o pedido. Só após deferimento do pedido, o utilizador poderá avançar para o enquadramento nos Fluxos Específicos.

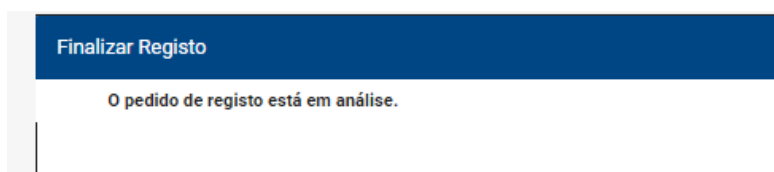


Figura 3 – Mensagem de pedido de validação do registo inicial no SILiAmb.

A7. É possível nomear um utilizador com acesso exclusivo ao módulo de Fluxos Específicos do SILiAmb?

Não, os nomeados não podem aceder aos enquadramentos nem às declarações dos produtores.

A8. Os nomeados podem enquadrar produtos?

O enquadramento de produtos, bem como o acesso às respetivas declarações, apenas está disponível para os respetivos produtores, pelo que o enquadramento deve ser efetuado utilizando as credenciais de acesso da organização (NIF e password da organização). **Não** deverá entrar no sistema com o NIF e password do responsável/nomeado e depois alterar para o perfil da organização.

Assim, os nomeados **não** podem enquadrar produtos nem submeter declarações. Os nomeados são identificados no canto superior direito do ecrã com um símbolo específico (assinalado na Figura 4 dentro do círculo a vermelho).



Figura 4 – Símbolo para utilizadores sem acesso ao Registo de Produtores de Produtos.

Apenas os utilizadores que visualizam a imagem apresentada na Figura 5 (produtores de produtos) estão autorizados a realizar enquadramentos.



Figura 5 - Símbolo para utilizadores com acesso ao Registo de Produtores de Produtos.

A9. Efetuei enquadramento com o meu NIF de nomeado. O que devo fazer?

Os nomeados não podem fazer enquadramentos pela organização pelo que, para a empresa estar corretamente registada, deve efetuar o enquadramento utilizando as credenciais da organização. Para eliminar o registo efetuado com o NIF de nomeado deve enviar uma mensagem no SILiAmb indicando o respetivo NIF.

A10. Os nomeados devem enquadrar-se enquanto representantes autorizados?

Não. Os nomeados e os representantes autorizados têm objetivos distintos.

A nomeação consiste em atribuir a um outro utilizador já registado no SILiAmb o acesso a determinada finalidade. Com a nomeação o utilizador passa a ter a possibilidade de interagir com o SILiAmb, nas finalidades que lhe foram atribuídas, em nome da entidade ou utilizador que o nomeou. No caso específico do módulo de Registo de Produtores os nomeados não têm permissões de interagir na plataforma SILiAmb.

O representante autorizado é uma pessoa singular ou coletiva estabelecida em Portugal como representante do produtor do produto, do embalador ou fornecedor de embalagens de serviço no caso do fluxo de embalagens e resíduos de embalagens, estabelecido noutro Estado-Membro da União Europeia ou num país terceiro e que venda produtos através de técnicas de comunicação à distância diretamente a utilizadores particulares ou não particulares em Portugal.

O representante autorizado é responsável pelo cumprimento das obrigações aplicáveis ao produtor representado, sendo que o produtor representado tem sempre de ter um NIF estrangeiro.

A11. Não consigo visualizar o botão de “Novo Enquadramento”. O que fazer?

O botão de “Novo Enquadramento” deve surgir se a inscrição no SILiAmb tiver sido concluída com sucesso. Caso já se encontre inscrito no SILiAmb e o referido botão não surja, deve começar por proceder do seguinte modo:

- Verificar se acedeu ao SILiAmb em modo de nomeação (consultar as questões A8 e A9);
- Aceder à plataforma eletrónica utilizando como *browser* o Google Chrome.

Se, ainda assim, o erro persistir, contacte a APA, preferencialmente através de mensagem no SILiAmb.

A12. Existe um prazo legal para efetuar o enquadramento?

O enquadramento dos produtores dos diferentes fluxos específicos de resíduos não tem um prazo legal associado devendo, no entanto, estar concluído atempadamente de modo a permitir realizar as declarações periódicas com prazo de 31 de março – ver Parte B das Declarações neste documento.

Esclarece-se que caso o produtor/embalador coloque no mercado, em Portugal, os mesmos produtos já enquadrados no ano anterior não necessita de efetuar novo enquadramento todos os anos, devendo no entanto submeter as respetivas declarações numa base anual.

No caso de haver alterações nos produtos colocados no mercado, em Portugal, deve Editar o enquadramento (ver Capítulo 5.1 do Manual) para adicionar ou remover produtos.

A13. Enquadrei um produto incorretamente. O que devo fazer?

Para produtos ‘não abrangidos por sistema de gestão’ (sem validação de uma entidade gestora ou da APA) deve proceder à desassociação do produto em causa e voltar a introduzir o novo produto corretamente. Para desassociar um produto enquadrado deve seguir os seguintes passos:

1. Selecionar no menu lateral “Resíduos”, “Fluxos Específicos” e “Enquadramento”;
2. Pressionar o botão “Detalhes”;
3. Selecionar o produto pretendido com o estado “enquadrado” e pressionar o botão “Desassociar”;
4. Selecionar a data de desassociação e um dos motivos de desassociação e clicar em “Desassociar”.

Estas instruções encontram-se descritas no Capítulo 4.2 do [Manual de Registo de Produtores de Produtos](#) disponível na página de apoio SILiAmb.

A14. Recebi uma notificação de indeferimento. Onde posso consultar os motivos?

No separador “Enquadramentos” relativo ao “Produtor/Embalador”, o utilizador deve clicar no botão “Detalhes” que dá acesso a um ecrã onde pode visualizar os detalhes do seu enquadramento. Na tabela situada na parte inferior do ecrã são apresentadas todos os produtos adicionados e o respetivo estado. Clicando no botão de consulta (lupa) situado à direita do produto que se encontra no estado “indeferido”, terá acesso ao detalhe de cada produto, incluindo o “Motivo de indeferimento”.

Estas instruções encontram-se descritas no Capítulo 4.1 do [Manual](#) disponível na página de apoio SILiAmb.

A15. O produto foi indeferido. O que devo fazer?

Em caso de indeferimento de um produto, seja por parte da entidade gestora (no caso de ter escolhido “sistema integrado”) ou da APA (no caso de ter escolhido “sistema individual”), o produtor deve consultar os motivos de indeferimento (ver pergunta anterior ou Capítulo 4.1 do [Manual](#)) e posteriormente editar/alterar ou cancelar os produtos indeferidos consoante o caso:

- Quando o produto é indeferido, por motivo relacionado com a existência de informações incorretas nos campos ‘Tipo de sistema’, ‘Sistema de gestão’, ‘Data de adesão’ ou ‘Data de início’, o produto deve ser corrigido seguindo os passos do Capítulo 5.2.1 do [Manual](#) (Editar enquadramento -> Alterar detalhe do produto indeferido utilizando o botão de editar (lápis) -> submeter);
- Quando o produto é indeferido, por motivo relacionado com a existência de informações incorretas nos campos associados às características do produto, como tipo/categorias/subcategorias/material, é necessário cancelar o produto seguindo os passos do Capítulo 5.2.2 do [Manual](#) (Editar Enquadramento -> eliminar o produto utilizando o botão de remoção (caixote do lixo) -> adicionar novo produto -> submeter);
- Quando o produto é indeferido e o utilizador pretenda apenas removê-lo do enquadramento, é necessário cancelar o produto seguindo os passos do Capítulo 5.2.2. do [Manual](#) (Editar Enquadramento -> eliminar o produto utilizando o botão de remoção (caixote do lixo) -> submeter).

A16. Tenho contrato com a entidade gestora como produtor de resíduos. O meu produto foi indeferido. O que fazer?

O Registo de Produtores de Produto aplica-se, apenas e só, aos produtores de produtos e não aos produtores de resíduos. Assim, este registo não é aplicável a empresas que apenas sejam produtoras de resíduos resultantes da sua atividade e que detenham contrato com alguma entidade gestora para recolha desses mesmos resíduos.

Se se tratar de um produtor de resíduos, de acordo com o descrito no parágrafo anterior, agradece-se envio de mensagem na plataforma SILiAmb dando essa indicação para que o registo seja eliminado.

A17. Posso desassociar um produto que se encontre no estado “em validação”?

Não. O sistema não permite qualquer tipo de ação em produtos que estejam no estado “em validação”, pelo que apenas pode executar ações nesse produto depois de a entidade gestora (se tiver escolhido “sistema integrado”) ou a APA (se tiver escolhido “sistema individual”) procederem ao deferimento ou indeferimento do produto.

Depois da validação do produto, caso o produto tenha sido deferido e o pretenda remover do enquadramento, deve desassociar o produto seguindo os passos descritos no Capítulo 4.2 do [Manual](#). Caso o produto tenha sido indeferido e o pretenda remover do enquadramento, deve cancelar o produto seguindo os passos descritos no Capítulo 5.2.2 do [Manual](#).

A18. Para adicionar um novo produto ao meu enquadramento, tenho de fazer um novo enquadramento?

Não. O enquadramento de ‘produtor/embalador’ é apenas um, independentemente do número de fluxos/produtos que lhe sejam adicionados posteriormente.

Assim, para adicionar um novo produto, deve selecionar o separador “Enquadramentos”, clicar no botão de “Editar” e seguir os passos semelhantes ao primeiro enquadramento, conforme descrito no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

A19. Quero adicionar ao meu enquadramento novos fluxos específicos. Devo utilizar o botão “Novo Enquadramento”?

Não. Não deve clicar no botão ‘Novo Enquadramento’ pois o tipo de enquadramento ‘produtor/embalador’ já foi selecionado anteriormente. O enquadramento de ‘produtor/embalador’ é apenas um, independentemente do número de fluxos/produtos que lhe sejam adicionados posteriormente.

Se o enquadramento como produtor já foi submetido para um fluxo específico e pretender adicionar novos fluxos, no separador “Enquadramentos” deve clicar no botão de “Editar”, selecionar os fluxos em questão e seguir os passos semelhantes ao primeiro enquadramento, conforme descrito no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

A20. O registo como produtor de produtos implica o preenchimento do MIRR e a emissão de e-GAR?

Não necessariamente. O registo no módulo de Fluxos Específicos deve ser efetuado por produtores de produtos (e não por produtores de resíduos), sendo a responsabilidade do produtor do produto e a responsabilidade do produtor de resíduos duas obrigações distintas e independentes.

Encontram-se sujeitos à [obrigação de preenchimento do MIRR](#) (Mapa Integrado de Registo de Resíduos) os sujeitos abrangidos pelos critérios enunciados no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR).

As [e-GAR](#) (Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos) são obrigatórias para qualquer transporte de resíduos, exceto nos casos isentos, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, na sua atual redação.

A21. Sou produtor de produtos. Tenho de emitir e-GAR em nome dos meus clientes, quando os produtos se tornarem resíduos?

Não. A responsabilidade pela gestão dos resíduos cabe ao respetivo produtor de resíduos.

A22. Já procedemos ao Enquadramento dos produtos e/ou embalagens. Qual o passo seguinte?

Os produtores de produtos devem estar atentos à abertura dos períodos declarativos, com vista a cumprir as obrigações de reporte dos produtos enquadrados. Assim, até 31 de março de cada

ano, os produtores de produtos devem submeter as seguintes declarações através do módulo de Fluxos Específicos no SILiAmb (separador “Declarações”):

- Declaração de Estimativa dos produtos a colocar no mercado no respetivo ano;
- Declaração de Correção que corresponde ao acerto das quantidades estimadas, anteriormente submetidas, para as quantidades efetivamente colocadas no mercado nesse ano.

Assim, anualmente devem ser submetidas duas declarações até 31 de março, uma de estimativa e outra de correção desde que o produtor tenha colocado no mercado produtos nesse ano e no ano anterior, respetivamente.

A23. O registo tem custos?

Não se encontra prevista, por agora, a aplicação de taxas pela utilização do módulo de Registo de Produtores de Produtos. Assim, à data, este registo não tem custos, sendo que o processo declarativo fica finalizado quando as declarações são submetidas e passam para o estado ‘concluído’.

A24. Como preencho a data de adesão?

No que se refere à data de adesão, quando o produtor teve contratos sucessivos com a mesma entidade gestora, neste campo deve ser preenchida a data relativa ao primeiro contrato (leia-se a data de transferência de responsabilidade associada ao primeiro contrato); caso tenha decorrido um intervalo em que o produtor não esteve contratualizado por essa entidade gestora a data de adesão é a data do último contrato (leia-se a data de transferência de responsabilidade associada ao último contrato).

A25. Mudei de entidade gestora em 2021 e ainda não efetuei enquadramento no Registo de Produtores. Como declaro a colocação no mercado referente ao ano de 2020?

Para o caso específico em que o produtor mudou de entidade gestora em 2021, continua a haver a obrigação de submissão da declaração de correção de 2020. Assim, para este caso, não deverá o produtor realizar o primeiro enquadramento no Registo de Produtores em 2021 com a última entidade gestora com quem contratualizou a transferência de responsabilidade do produto colocado no mercado. Deverá, em vez disso, proceder da seguinte forma:

- Realizar o primeiro enquadramento indicando a entidade gestora com a qual tinha contrato em 2020 e aguardar validação da entidade gestora;
- A entidade gestora deve deferir o pedido e de seguida desassociar os produtos com data de 31 de dezembro de 2020;
- Após deferimento e desassociação, o produtor deve editar o enquadramento adicionando novamente os produtos indicando a entidade gestora contratualizada em 2021 com a respetiva data de adesão e aguardar validação pela entidade gestora.

Apenas após este procedimento o produtor terá acesso à ‘Declaração Produtor Correção 2020’.

A26. Como retifico a data de adesão à entidade gestora?

No caso de o produto ter sido deferido pela entidade gestora e se encontrar no estado ‘enquadrado’, para corrigir a data de adesão deve:

- Desassociar o produto, selecionando o motivo ‘Desassociação para retificação do produto enquadrado’ (Capítulo 4.2 do Manual);
- Editar o enquadramento para voltar a adicionar o produto com a informação correta (Capítulo 5.2.1 do Manual).

No caso de o produto ter sido indeferido pela entidade gestora, para corrigir a data de adesão deve editar o enquadramento para correção do produto (Capítulo 5.2.1 do Manual).

Para os produtos que se encontram no estado ‘em validação’, sugere-se contacto com a entidade gestora para indeferir o produto. Neste caso, após indeferimento deve editar o enquadramento para correção do produto (Capítulo 5.2.1 do [Manual](#)).

A27. A que se refere a “data do estado”?

Quando consulta o enquadramento e o detalhe do produto, a “data do estado” devolve informação sobre a data em que se verificou o respetivo estado. Por exemplo, se o estado de um determinado produto for “Enquadrado”, a “data do estado” corresponde à data em que o produto ficou enquadrado (por exemplo, a data em que a entidade gestora deferiu o produto). Se posteriormente esse mesmo produto for desassociado, o estado passa a constar como “Desassociado” e a “data de estado” corresponde à data em que se procedeu à desassociação do produto no sistema, seja pelo produtor, pela entidade gestora ou pela APA.

A28. Que informação deve ser preenchida na “data do início”?

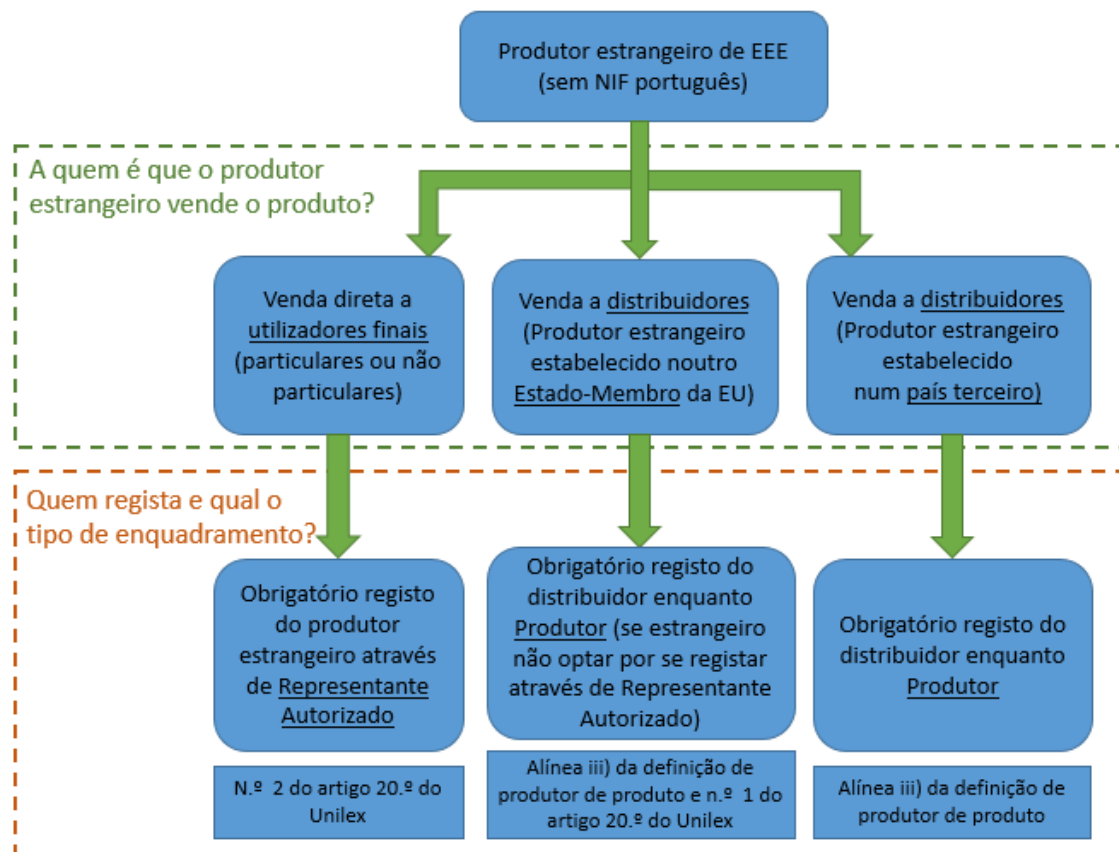
A data de início surge quando está a ser enquadrado um produto e/ou embalagem que não tem entidade gestora associada. Nesse caso deve ser colocada a data de início de colocação do produto em causa no mercado. Caso não disponham dessa informação específica, deve ser colocada a data de início de atividade da organização.

A29. No caso de um utilizador final ou de um distribuidor que adquire EEE a um produtor estrangeiro, quem tem a obrigação de registo?

O n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, estabelece que os produtores estrangeiros que vendem à distância diretamente a utilizadores particulares ou não particulares em Portugal estão obrigados a registar-se através de representantes autorizados estabelecidos em território nacional. A possibilidade dos produtores nomearem representantes autorizados só se encontra atualmente disponível para o fluxo dos Equipamentos Elétricos Eletrónicos (EEE), uma vez que é uma obrigação decorrente do direito comunitário.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, prevê, no n.º 1 do artigo 20.º que os produtores estrangeiros (com exceção dos previstos no n.º 2, ou seja, que não vendam a utilizadores finais), podem voluntariamente nomear representantes autorizados em Portugal, desonerando assim os seus clientes/distribuidores nacionais das obrigações que lhe são imputáveis na qualidade de produtores atribuída pelo disposto na alínea iii) da alínea nn) do n.º

1 do artigo 3.º. Esta faculdade só é aplicável a produtores estrangeiros estabelecidos noutro Estado-Membro da União Europeia; no caso de produtores estrangeiros estabelecidos em país terceiro, a obrigatoriedade de registo recai sempre sobre o distribuidor nacional.



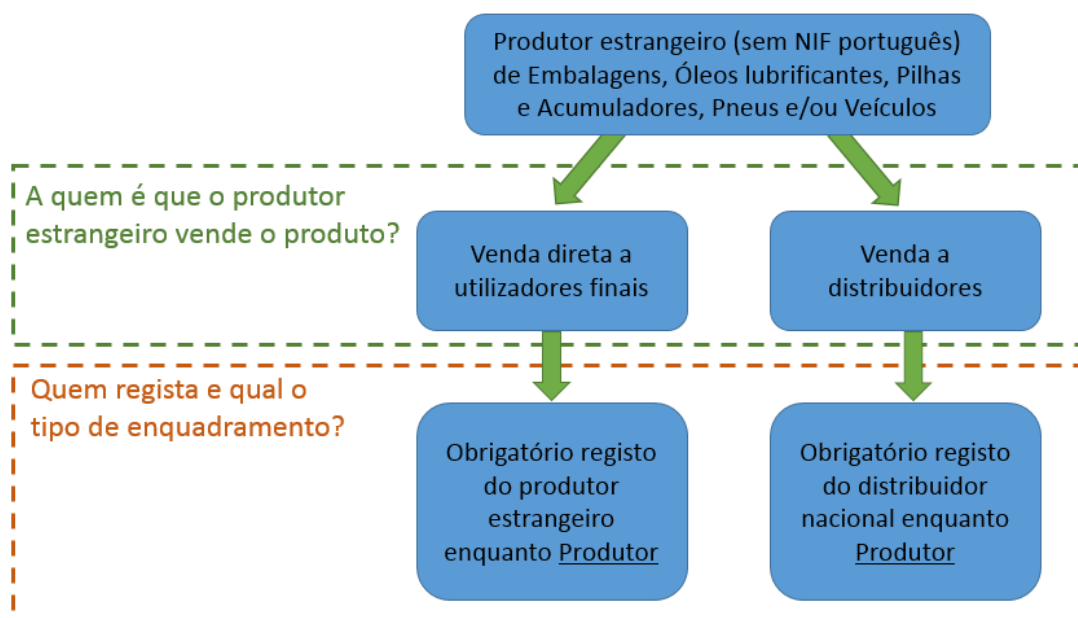
A30. Como faço registo enquanto Representante Autorizado de produtos que não sejam Equipamentos Elétricos e Eletrónicos?

As empresas estrangeiras (sem NIF português) que coloquem, através de técnicas de comunicação à distância, produtos abrangidos por fluxos específicos de resíduos diretamente em utilizadores finais (particulares ou não particulares) em Portugal, estão a atuar como produtores e, como tal, recaem sobre si as obrigações estabelecidas no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, incluindo o registo no SILiAmb.

Essas empresas estrangeiras estão obrigadas a nomear um representante autorizado em Portugal, o qual é responsável pelo cumprimento das suas obrigações enquanto produtor. No entanto, a funcionalidade de nomeação de representantes autorizados no SILiAmb ainda só se encontra disponível para os equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) pelo que, até que tal seja possível, devem ser os produtores estrangeiros a registar-se diretamente no SILiAmb.

Por outro lado, no caso das empresas estrangeiras colocarem produtos em distribuidores nacionais, as obrigações de produtor recaem sobre os segundos. As empresas estrangeiras podem, nestes casos, assumir a responsabilidade como produtor e desonerar os seus clientes em Portugal, assim que esteja disponível a funcionalidade de nomeação de representante

autorizado para os restantes fluxos que não EEE, sendo que nos EEE essa desoneração pode ocorrer já através do representante autorizado.



A31. Se num determinado ano não colocar um produto e/ou embalagem no mercado, devo desassociá-lo?

No enquadramento do Registo de Produtores de Produtos devem constar todos os produtos para os quais foi estabelecido contrato com a entidade gestora, pressupondo-se que os produtos contratualizados refletem a atividade da empresa, assim como todos os produtos e/ou embalagens que são colocados no mercado e que se encontram excluídos do âmbito das entidades gestoras.

No caso particular em que o produtor não colocou um determinado produto e/ou embalagem no mercado no ano em causa, mas tenha perspetiva de no futuro voltar a colocar esse produto no mercado nacional, propõe-se que se mantenha o produto no enquadramento sendo que nos campos de quantidades das declarações periódicas deve preencher a quantidade 0 (número zero). Caso o produtor deixe definitivamente de colocar o produto no mercado deve desassociar o produto nos termos do n.º 7 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.

A32. Se num determinado ano não colocar a marca A no mercado, devo remover essa marca do enquadramento?

Recomenda-se que seja feita uma atualização anual da informação relativa às marcas, com base nos produtos colocados no mercado nesse ano, sendo que a alteração das marcas não requer validação pela entidade gestora.

A33. Os produtores das Regiões Autónomas também têm de se registar?

(em atualização)

A34. Efetuei registo por engano. Como elimino o registo?

Para eliminar o enquadramento deve enviar uma mensagem no SILiAmb indicando o respetivo NIF e motivo do pedido de anulação. No entanto, não é possível anular enquadramentos caso pretenda manter o enquadramento de pelo menos um dos fluxos; nestes casos deve cancelar os produtos indeferidos (ver Capítulo 5.2.2 do [Manual](#)) ou desassociar os produtos (ver Capítulo 4.2 do [Manual](#)).

A35. A empresa que encerrou atividade e não colocou produtos no mercado no ano anterior nem vai colocar no ano corrente tem de efetuar Enquadramento e submeter as Declarações?

Nos casos em que as empresas encerram atividade e não colocaram produtos no mercado no ano anterior nem vão colocar no ano corrente mas tinham contrato ativo com a(s) entidade(s) gestora(s), deve ser efetuado o Enquadramento e submetidas as respetivas Declarações, declarando quantidades 0 (zero). Nestes casos, após validação de Enquadramento pela(s) entidade(s) gestora(s), caso aplicável, os produtos devem ser desassociados com data referente à rescisão de contrato.

B. Declarações Periódicas

B1. Quais os prazos de submissão das declarações?

Os produtores/embaladores devem submeter, até 31 de março do ano n, uma declaração de correção do ano n-1, para reportar as quantidades colocadas no mercado no ano n-1, e uma declaração de estimativa do ano n, para reportar as quantidades que estima colocar no mercado no ano n.

O prazo de submissão das seguintes declarações até 31 de março de 2021:

- ‘Declaração Produtor Correção 2020’ para produtores/embaladores que colocaram produtos no mercado em 2020;
- ‘Declaração Produtor Estimativa 2021’ para produtores/embaladores que coloquem produtos no mercado em 2021.

B2. Adicionei um produto no enquadramento mas não me aparece na declaração. O que devo fazer?

Na declaração apenas aparecem os produtos que estejam ou tenham estado enquadrados no ano a que se refere o reporte. Por exemplo, se determinado produto tem uma data de adesão à entidade gestora de 1 de janeiro de 2021, este produto não vai aparecer na declaração de correção de 2020.

Assim, caso tenha colocado produtos no mercado em 2020, deve retificar a data de adesão ou data de início caso essa informação esteja incorreta. Para retificar produtos enquadrados deve desassociar o produto (consultar capítulo 4.2 do [Manual](#)) e editar o enquadramento adicionando novamente o(s) produto(s) em causa (consultar capítulo 5.1 do [Manual](#)).

No entanto, no caso específico em que simultaneamente o produtor mudou de entidade gestora em 2021, o produtor tem obrigatoriedade de submissão de declaração de correção de 2020 e apenas esteja a realizar o primeiro enquadramento no Registo de Produtores em 2021, deve fazer o seguinte:

- Realizar o primeiro enquadramento indicando a entidade gestora com a qual tinha contrato em 2020 e aguardar validação da entidade gestora;
- A entidade gestora deve deferir o pedido e de seguida desassociar os produtos com data de 31 de dezembro de 2020;
- Após deferimento e desassociação, o produtor deve editar o enquadramento, adicionando novamente os produtos e indicando a entidade gestora contratualizada em 2020 com a respetiva data de adesão e aguardar validação pela entidade gestora.

Apenas após este procedimento o produtor terá acesso à 'Declaração Produtor Correção 2020'.

B3. Não consigo submeter a declaração, o sistema diz que tenho produtos por enquadrar. O que devo fazer?

A declaração apenas pode ser submetida quando todos os produtos se encontram enquadrados no Enquadramento e na declaração todos os dados de todos os produtos estejam preenchidos. Quando existem 'produtos por enquadrar' não é possível preencher dados desses produtos. Assim, deve consultar o enquadramento e o detalhe do produto em causa (Capítulo 4 do [Manual](#)) e verificar qual o estado do produto:

- No caso de o produto se encontrar para validação pela entidade gestora (quando tiver sido escolhida a opção 'sistema integrado'), deve contactar a entidade gestora;
- No caso de o produto se encontrar em validação pela APA (quando tiver sido escolhida a opção 'sistema individual'), deve contactar a APA;
- Quando o produto tiver sido indeferido, por motivo relacionado com a existência de informações incorretas nos campos 'Tipo de sistema', 'Sistema de gestão', 'Data de adesão' ou 'Data de início', o produto deve ser corrigido seguindo os passos do Capítulo 5.2.1 do [Manual](#);
- Quando o produto tiver sido indeferido, por motivo relacionado com a existência de informações incorretas nos campos associados às características do produto, como tipo/categorias/subcategorias/material, é necessário cancelar o produto seguindo os passos do Capítulo 5.2.2 do [Manual](#);
- Quando o produto tiver sido indeferido e o utilizador pretenda removê-lo do enquadramento, é necessário cancelar o produto seguindo os passos do Capítulo 5.2.2 do [Manual](#).

B4. Como preencho quantidades inferiores a 1 tonelada?

Nas declarações para preencher valores inferiores a 1 tonelada devem ser inseridas casas decimais utilizando a vírgula (.). Assim, para introduzir por exemplo uma quantidade de 154 kg deve digitar 0,154.

De momento, o sistema permite a introdução de quantidades (t) até sete casas decimais pelo que caso pretenda introduzir uma quantidade inferior deve enviar uma mensagem SILiAmb indicando as quantidades que pretende declarar. Para envio da mensagem selecione o tema 'Resíduos' e indique no assunto 'Registo de Produtores'.

B5. Enquadrei produtos por engano e embora estejam desassociados aparecem na declaração. O que devo fazer para submeter a declaração? Devo esperar que os produtos desassociados sejam eliminados?

Não. Nas declarações aparecem todos os produtos que estiveram, pelo menos uma vez, enquadrados no ano em causa, pelo que não é possível remover da declaração os produtos desassociados. Tratando-se de engano no enquadramento, deve preencher os produtos desassociados com quantidades 0 (número zero) para que o sistema permita a submissão da declaração.

B6. Como faço para corrigir uma declaração? O botão de 'Nova declaração' não está disponível.

O botão de 'Nova declaração' apenas está disponível na primeira vez que se acede a determinada declaração, pelo que o botão não está disponível quando determinada declaração já foi criada/acedida.

Para corrigir uma declaração já criada, no ecrã de Declarações Periódicas deve selecionar o botão de edição (lápiz) junto à declaração pretendida na tabela (ver Capítulo 6.2 do [Manual](#)).

B7. Editei a declaração previamente submetida. Como faço para guardar os dados?

Quando uma declaração previamente submetida é editada, o sistema apenas permite 'Submeter', não estando disponível o botão de 'Guardar'. Assim, para corrigir dados deve editar e submeter de seguida. Note-se que é possível efetuar várias submissões até o final do prazo.

B8. Existem coimas associadas à não submissão das declarações?

A obrigação de declaração dos produtores/embaladores no SILiAmb encontra-se prevista no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, bem como no n.º 2 do artigo 49.º do Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) - Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho. Ao referido artigo do RGGR está associada uma contraordenação, no entanto esta agência não tem competências de fiscalização/inspeção nesta matéria, mas sim as entidades previstas no artigo 66.º.

C. Embalagens

C1. Os embaladores têm de se registar?

No que se refere a embalagens e/ou a embalagens de serviço, para além da definição de produtor de produto, tal como apresentada na primeira questão deste documento, deverá também ser considerada a definição de embalador assim como a definição de fornecedor de embalagem de serviço, de acordo com o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro:

q) «Embalador», aquele que a título profissional, embale ou faça embalar os seus produtos, ou importe produtos embalados, e que é responsável pela sua colocação no mercado.

x) «Fornecedor de embalagem de serviço», o produtor de embalagens de serviço, na aceção da alínea nn), enquanto responsável pela primeira colocação no mercado.

Relembra-se que apenas e só para o caso específico das embalagens de serviço o responsável pelo cumprimento das obrigações legais dispostas no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, é o fabricante e/ou importador das mesmas.

C2. Tenho de registar as embalagens fora do âmbito dos sistemas integrados das entidades gestoras?

Sim. O registo dos embaladores previsto no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, é obrigatório para todos os embaladores, para quem manda embalar, para importadores de produtos embalados e para fornecedores de embalagens de serviço, os quais se deverão registar e declarar todas as embalagens que colocam no mercado, quer estejam ou não abrangidas pelo âmbito de atuação das entidades gestoras licenciadas e independentemente de se tratarem de embalagens reutilizáveis ou não reutilizáveis.

C3. Quero enquadrar uma embalagem primária, secundária e terciária de produtos industriais/profissionais, mas não surge a opção “Sistema Integrado”. Porquê?

O sistema não permite escolher a opção “Sistema Integrado” porque as embalagens generalistas de produtos industriais/profissionais primárias, secundárias e terciárias não estão abrangidas no âmbito de atuação das entidades gestoras licenciadas (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão).

C4. Eu embalo os produtos mas não sou eu que os vendo diretamente ao consumidor final. Vendo a revendedores que vendem ao cliente final? Tenho que me registar?

Sim. O registo dos embaladores é obrigatório para quem embala os produtos, manda embalar, importa produtos embalados e fornece embalagens de serviço. Devem registar-se e declarar todas as embalagens que colocam no mercado, quer estejam ou não abrangidas pelo âmbito de atuação das entidades gestoras licenciadas e independentemente de se tratarem de embalagens reutilizáveis ou não reutilizáveis.

C5. Sou apenas importador de produtos embalados que revendo logo de seguida. Tenho de me registar?

Sim. Tal entendimento resulta da leitura conjugada do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que estabelece que os produtores de produtos, bem como os **embaladores**, e os fornecedores de embalagens de serviço no que respeita ao fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens, estão obrigados ao registo junto da APA, I.P., com a alínea q) do n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma, que define «Embalador», como aquele que, a título profissional, embale ou faça embalar os seus produtos, ou **importe** produtos embalados, e que é responsável pela sua colocação no mercado.

C6. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e não vendo o produto que importo porque utilizo no meu processo produtivo. Estou a colocar produto no mercado? Tenho que me registar e declarar essas embalagens no Registo de Produtores e/ou embaladores?

Sim, nas duas questões. Antes de mais importa perceber que a definição de colocação no mercado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, corresponde à primeira disponibilização de um produto no mercado em Portugal, enquanto atividade profissional.

Não obstante a embalagem do produto importado não sair das instalações, o mesmo deve ser declarado no registo de produtores e/ou embaladores.

C7. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e declaro essas mesmas embalagens no MIRR porque se tornam resíduo na minha empresa. Tenho de me registar no registo de produtores e/ou embaladores? Não é uma duplicação de informação?

Sim, deverá registar essas embalagens no registo de produtores e/ou embaladores.

Não, não é considerada uma duplicação de informação o reporte das quantidades no Registo de Produtores e/ou embaladores e o registo da quantidade de resíduos no MIRR.

O módulo de registo de produtores e/ou embaladores diz respeito à colocação no mercado de um determinado produto e/ou embalagem. O MIRR dá nota que esse produto atingiu o final da sua vida e foi encaminhado para um operador de gestão de resíduos licenciado para um tratamento adequado. São fases distintas do ciclo de vida de um produto e/ou embalagem que devem ficar devidamente registadas, não obstante de o seu registo acontecer sempre na mesma instalação.

Serão dados para análise estatística diferenciada.

C8. Importo matérias-primas embaladas para consumo próprio e declarava essas embalagens no antigo formulário criado para o efeito. O que mudou para este novo registo?

No antigo registo para embalagens de matérias-primas de produtos embalados, que se encontrava em:

<https://formularios.apambiente.pt/Fere/Default.aspx>

foi possível registar as quantidades correspondentes à colocação no mercado até ao ano de 2016.

Com a entrada em funcionamento do registo de embaladores na plataforma SILiAmb, todos os embaladores, incluindo os responsáveis pela primeira colocação no mercado de matérias-primas de produtos embalados utilizados para consumo próprio nas respetivas instalações, devem reportar as respetivas quantidades de embalagens que colocam no mercado nessa mesma plataforma SILiAmb (em substituição do antigo formulário próprio criado para o efeito).

O antigo registo era feito por estabelecimento, sendo que o novo é feito por organização (NIF). Em termos de quantidades associadas apenas às embalagens de matérias-primas importadas, a plataforma não permite, nas declarações, diferenciar quais as quantidades que são importadas e quais as quantidades que são correspondentes a produtos embalados e vendidos, quando as empresas têm as duas situações.

Assim, a título de exemplo, caso uma organização enquadre embalagens de papel e cartão, primárias de produtos industriais/profissionais, deverá somar as quantidades desse material que correspondem à importação e as quantidades que correspondem aos produtos embalados na empresa e vendidos de seguida.

C9. O mesmo produto é acondicionado por uma embalagem primária, uma secundária e uma terciária. Basta enquadrar o produto uma vez, só para uma das categorias?

Não. Deverá ser efetuado um registo para cada uma das categorias de embalagem (primária, secundária e terciária) associadas ao produto em causa.

Entende-se por «Embalagem», qualquer produto feito de materiais de qualquer natureza utilizado para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias, tanto matérias-primas como produtos transformados, desde o produtor ao utilizador ou consumidor, incluindo todos os artigos descartáveis utilizados para os mesmos fins, e tendo em conta o disposto no anexo II do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação, nas seguintes categorias:

- i) Embalagem de venda ou embalagem primária, que compreende qualquer embalagem concebida de modo a constituir uma unidade de venda para o utilizador ou consumidor final no ponto de compra;
- ii) Embalagem grupada ou embalagem secundária, que compreende qualquer embalagem concebida de modo a constituir, no ponto de compra, uma grupagem de determinado número de unidades de venda, quer estas sejam vendidas como tal ao utilizador ou consumidor final quer sejam apenas utilizadas como meio de reaprovisionamento do ponto de venda, e que pode ser retirada do produto sem afetar as suas características;
- iii) Embalagem de transporte ou embalagem terciária, que engloba qualquer embalagem concebida de modo a facilitar a movimentação e o transporte de uma série de unidades de venda ou embalagens grupadas, a fim de evitar danos físicos

durante a movimentação e o transporte, com exceção dos contentores para transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo;

C10. Embalo os meus produtos em embalagens de diferentes materiais. Basta enquadrar, apenas, as embalagens de um dos tipos de material?

Não. Cada embalagem constituída por um tipo de material diferente (por exemplo: vidro, papel/cartão, plástico) terá de ser enquadrada individualmente, ainda que se trate do mesmo tipo de embalagem, pertencente aos mesmos sector e categoria e que seja classificada do mesmo modo em termos da sua reutilização.

C11. Ao fazer o enquadramento de embalagens de plástico, tenho de indicar qual o tipo de plástico?

Desde 1 de janeiro de 2020, para todas as embalagens de plástico é obrigatório indicar o tipo de plástico (PET, PEAD, PEBD, PP, EPS ou Outro tipo de plástico). Assim, os embaladores enquadrados antes de 1 de janeiro de 2020 devem atualizar o Enquadramento no SILiAmb para:

- Desassociar essas embalagens, indicando data de desassociação 31/12/2019 e selecionando o motivo de desassociação “Outro” e na caixa de texto adicionando o texto “indicação do tipo de plástico”;
- Adicionar novamente a embalagem para indicação do tipo de plástico.

Os passos de desassociação encontram-se ilustrados no Capítulo 4.2 do [Manual](#) e os passos de adição de novo produto (para detalhar o tipo de plástico) estão ilustrados no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

C12. Como devo enquadrar uma embalagem que é constituída por dois ou mais tipos de materiais?

Entende-se por «Embalagem compósita» embalagem constituída por duas ou mais camadas de materiais diferentes, que não podem ser separadas manualmente e que formam uma unidade única e integral, que consiste num recipiente interior e num invólucro exterior e que pode ser enchida, armazenada, transportada e esvaziada como tal.

Relativamente às embalagens compósitas e outras embalagens constituídas por mais de um material, o enquadramento deve ser efetuado para os diferentes materiais separadamente. A título de exemplo, diferenciar a garrafa de vidro, do rótulo de papel e da tampa em alumínio no enquadramento e reportar cada quantidade separadamente.

No entanto caso não seja possível essa separação, aquando do enquadramento e da escolha do material da embalagem, deverá ser considerado o material dominante em termos do peso total da embalagem.

A título de exemplo, uma embalagem compósita de plástico e metal, em que o plástico é o material dominante em termos do seu peso na embalagem (> 50%), a embalagem deve ser declarada como sendo apenas de plástico e o peso total da embalagem declarado como plástico (especificando qual o tipo de plástico). Caso a embalagem contenha vários tipos de plástico,

deve considerar-se o plástico no seu todo para determinação do material dominante e não cada tipo de plástico individualmente.

No caso específico das embalagens compósitas ECAL, não se aplica a regra do material dominante uma vez que existe na plataforma SILiAmb uma categoria de material própria que é ECAL.

No caso particular de partes de embalagem (p. ex. tampas de garrafas, tampas de boiões, etc.) que são constituídos por mais do que um material (p. ex. tampa de metal revestida a plástico), e uma vez que não é suposto haver uma separação desses materiais, deve ser seguida a regra do material dominante e o critério de pesagem, sendo que se deve considerar o plástico no seu todo para determinação do material dominante e não cada tipo de plástico individualmente.

Exemplos:

Composição da embalagem	Declaração
Garrafa vidro de x gramas Cápsula compósita y gramas (51% metal + 49% plástico)	vidro: x gramas metal: y gramas
Garrafa vidro de x gramas Cápsula compósita y gramas (40% metal + 60% plástico, sendo: 31% PET + 29% PP)	Vidro: x gramas PET: y gramas (considera-se que o material dominante é o plástico, no seu conjunto, e dentro deste o PET é o dominante)

Mais se informa que a partir de 2022, ou seja com efeitos na declaração estimativa de 2022, para efeitos de cálculo e verificação do cumprimento das metas de reciclagem fixadas no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação, as embalagens compósitas e outras embalagens constituídas por mais de um material são comunicadas por material constituinte, exceto nos casos em que um determinado material não representa, em qualquer caso, mais de 5 % da massa total da embalagem.

C13. Quero enquadrar diferentes entidades gestoras no mesmo material de embalagem. Como devo fazer?

Não é possível enquadrar diferentes entidades gestoras no mesmo material, uma vez que não é permitido um embalador declarar o mesmo tipo de material a diferentes entidade gestoras,

podendo no entanto declarar diferentes materiais a diferentes entidades gestoras. A título de exemplo, um embalador não pode declarar plástico a duas entidades gestoras, mas pode declarar plástico a uma e papel e cartão a outra.

Assim, um embalador deve declarar o mesmo material a apenas uma entidade gestora e proceder em conformidade no registo. Para os casos de embaladores que embalam em nome de outras marcas vejam a questão seguinte.

C14. Quero enquadrar diferentes entidades gestoras no mesmo material de embalagem porque tenho clientes que contratualizaram com uma entidade gestora diferente da minha. Como faço?

Caso uma empresa embale produto a pedido de outra empresa, produto esse que poderá ter a marca dessa outra empresa, cumpre à empresa que encomenda esse produto embalado a obrigação de adesão a uma entidade gestora e a obrigação de registo dessas mesmas embalagens no SILiAmb.

Assim, não deverá quem embala em nome de outrem enquadrar e declarar essas embalagens, uma vez que a responsabilidade é da empresa que faz a encomenda, ou seja, quem faça embalar os seus produtos, tal como consta na definição de embalador do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, devendo incluir nesta declaração as embalagens primárias, secundárias e terciárias associadas ao produto. Este entendimento aplica-se independentemente de ambas as empresas terem ou não contratualizado quem deve prestar a informação.

C15. Embalo produtos com a marca de um cliente; produzo produtos para o meu cliente e embalo os mesmos de acordo com requisitos que o meu cliente solicita (tipo de embalagem, dimensão da embalagem, material da embalagem). Quem deve reportar essas embalagens no Registo de Produtores, eu ou o meu cliente?

Ver resposta à questão anterior.

C16. - Anulada

Questão anulada.

C17. Onde posso consultar o que é ou não considerado embalagem para poder proceder ao enquadramento em conformidade?

Recomendamos a leitura atenta do Anexo II do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação, onde são dados exemplos sobre o que é ou não considerado embalagem, exemplos do que são as embalagens de serviço e exemplo de componentes e acessórios integrados, apensos e apostos em embalagens.

A tabela seguinte evidencia alguns exemplos:

Descrição	Embalagem/Produto	Observação
Cabides para vestuário (vendidos com uma peça de vestuário)	Embalagem	a) A definição de «embalagem» inclui os artigos que também desempenham outras funções, com exceção dos casos em que,

Descrição	Embalagem/Produto	Observação
		cumulativamente, o artigo é parte integrante de um produto, é necessário para conter, suportar ou conservar esse produto ao longo da sua vida e todos os elementos se destinam a ser utilizados, consumidos ou eliminados em conjunto;
Cabides para vestuário (vendidos separadamente)	Produto	
Bolsas para o envio de catálogos e revistas por correio (contendo uma revista)	Embalagem	a)
Caixas de fósforos	Embalagem	a)
Cápsulas para distribuidores de bebidas (p. ex., café, cacau, leite) que ficam vazias após a utilização	Embalagem	a)
Cápsulas de café para distribuidores de bebidas, bolsas em folha para café e doses individuais de café em papel de filtro, eliminadas juntamente com os restos de café	Produto	
Peles de salsichas e enchidos	Produto	
Películas de cera que envolvem queijos	Produto	
Sacos solúveis para detergentes;	Produto	
Vasos destinados a serem utilizados apenas para a venda e o transporte de plantas e não destinados a conter as plantas durante toda a sua vida.	Embalagem	a)
Vasos destinados a conter plantas durante toda a sua vida	Produto	
Invólucros de plástico para roupa submetida a limpeza em lavandarias	Embalagem	b) Se concebida para enchimento no ponto de venda – embalagem de serviço
Pratos e copos descartáveis	Embalagem	b)
Sacos para sanduíches	Embalagem	b)
Talheres descartáveis	Produto	
Naperões para bolos, vendidos sem os bolos	Produto	
Etiquetas diretamente apenas ao produto ou a ele apostas	Embalagem	c) A definição de «embalagem» inclui: i) Os componentes de embalagens; ii) Os acessórios integrados em embalagens; iii) Os acessórios diretamente apostos a um produto e que desempenhem uma função de embalagem, com exceção dos casos em que são parte integrante desse produto, destinando-se a ser consumidos ou eliminados em conjunto.
Agrafos	Parte de embalagens	c)
Utensílios de dosagem integrados nos recipientes para detergentes	Parte de embalagens	c)

Descrição	Embalagem/Produto	Observação
Etiquetas autocolantes apostas a um outro artigo de embalagem	Parte de embalagens	c)
Etiquetas de identificação por radiofrequências (RFID)	Produto	

C18. Devo enquadrar as embalagens de serviço que adquiro?

Depende. Caso a aquisição tenha sido feita no estrangeiro deverá enquadrar as mesmas.

Caso a aquisição tenha sido feita a um distribuidor nacional, essa obrigação é aplicável ao fornecedor das embalagens de serviço, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação.

C19. É necessário enquadrar as embalagens reutilizáveis?

Sim. Também as embalagens reutilizáveis são de registo obrigatório na plataforma SILiAmb, estando a gestão das mesmas previstas no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro. Esta obrigação diz respeito a todas as embalagens reutilizáveis, independentemente de estarem afetas ao mercado de produtos de grande consumo ou produtos industriais.

Nestes casos, aquando da seleção do “Tipo de Sistema” surgirá somente a opção “Não Abrangido por Sistema de Gestão”.

Considera-se ‘Embalagem reutilizável’ a embalagem que tenha sido concebida, projetada e colocada no mercado para perfazer múltiplas viagens ou rotações no seu ciclo de vida, através de um novo enchimento no produtor do produto ou da reutilização para o mesmo fim para que foi concebida, e que esteja em conformidade com a Norma Portuguesa NP EN 13429:2005: Embalagem; Reutilização, com a redação que venha a ter a cada momento, bem como com a norma que a substitua.

C20. Recebo produto em embalagens de boa qualidade e aproveitamento para reutilizar essas embalagens. Devo enquadrar essas embalagens como reutilizáveis?

Não. Esclarece-se que embalagens reutilizáveis são embalagens concebidas e projetadas para cumprir, durante o seu ciclo de vida, um número mínimo de viagens ou rotações. Estas embalagens são enchidas de novo e utilizadas para o mesmo fim para que foram concebidas.

As embalagens reutilizáveis passam a resíduos de embalagens quando deixam de ser reutilizadas. Para usufruir do estatuto de reutilizável a embalagem deverá estar em conformidade com a Norma NP EN 13429:2005: Embalagem; Reutilização.

No caso de uma embalagem que é reaproveitada por ainda estar em boas condições a sua declaração deverá acontecer enquanto embalagem não reutilizável e apenas uma vez.

C21. De quem é a responsabilidade de enquadramento das embalagens reutilizáveis? Quais as embalagens reutilizáveis que devem ser enquadradas?

O enquadramento de embalagens reutilizáveis deverá ser feito pelo responsável dessas mesmas embalagens, ou seja, a organização que coloca o produto na embalagem, remete ao cliente o produto, sendo que depois o cliente lhe devolve a embalagem vazia para novo acondicionamento do produto. Esse será também o responsável pela gestão da embalagem reutilizável quando a mesma se torna resíduo, de acordo com o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.

No caso de empresas que alugam embalagens reutilizáveis (paletes, por exemplo) o registo deverá ser feito por essas mesmas empresas e não pelos clientes que utilizam as embalagens reutilizáveis.

Por fim, no caso de empresas que importam produto e que o mesmo lhes chega em embalagens reutilizáveis, sendo que essas embalagens são devolvidas ao fornecedor estrangeiro, informa-se que essas embalagens não devem ser reportadas na plataforma SILiAmb, exceto se no final da sua vida gerarem resíduo em Portugal.

Os embaladores que utilizam embalagens reutilizáveis devem estabelecer sistemas de reutilização de embalagens que permitam recuperar e reutilizar as suas embalagens depois de usadas pelo utilizador final.

C22. Que informação deve ser declarada nas declarações de embalagens reutilizáveis?

Os campos solicitados para preenchimento da declaração de embalagens reutilizáveis são:

- Quantidade colocada no mercado: as embalagens reutilizáveis devem ser declaradas uma vez apenas independentemente do número de viagens que possam fazer ao longo da sua vida;
- Embalagens retomadas: embalagens reutilizáveis que voltam ao embalador inicial após entrega do produto que acondiciona.
- Resíduos de embalagens enviados para tratamento: embalagens reutilizáveis que não estão mais em condições de proceder à entrega de produtos e são enviadas para um operador de gestão de resíduos licenciado.
- Valor de Depósito: qual o depósito que é cobrado (em euros) para garantir a devolução das embalagens reutilizáveis.

O sistema de reutilização de embalagens de produtos destinados ao consumidor envolve necessariamente a cobrança, no ato da compra, de um valor de depósito, o qual só pode ser reembolsado no ato da devolução da embalagem usada pelo consumidor, sendo opcional a aplicação de um depósito para as embalagens dos restantes produtos.

C23. No Enquadramento das embalagens generalistas de grande consumo, secundárias e terciárias, pode ser selecionada a opção “não abrangido por sistema de gestão”?

Desde 1 de janeiro de 2020, as embalagens generalistas de produtos de grande consumo, secundárias (não multipack) e terciárias passam a estar também no âmbito das declarações às entidades gestoras de embalagens e resíduos de embalagens (Amb3e (atualmente denominada Electrão), Novo Verde e Sociedade Ponto Verde), de acordo com o respetivo Despacho de alteração das licenças.

A legislação que regula o fluxo dos resíduos de embalagens e resíduos de embalagens (Decreto-Lei n.º 152-D/2017) tem por base o princípio da responsabilidade alargada do produtor, sendo atribuída ao embalador a responsabilidade pela gestão do resíduo quando este atinge o final de vida, podendo esta ser assumida a título individual ou transferida para um sistema integrado.

Resulta, da conjugação do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, que os embaladores que utilizam embalagens primárias, secundárias e terciárias, não reutilizáveis e que geram resíduo urbano gerido pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) devem submeter a gestão destas embalagens enquanto resíduo a um sistema individual ou a um sistema integrado. Assim, optando o embalador pela adesão a um sistema integrado, deve declarar todas as embalagens primárias, secundárias e terciárias, a uma entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), sendo excecionadas de pagamento de valor de prestação financeira as embalagens de cuja utilização resultam resíduos não urbanos, ou seja, as embalagens que são geridas pelo produtor do resíduo e não pelos SGRU.

Assim, os embaladores que enquadraram, antes de 1 de janeiro de 2020, embalagens generalistas de produtos de grande consumo, secundárias (não multipack) e terciárias devem atualizar o Enquadramento no SILiAmb para:

- Desassociar essas embalagens, indicando data de desassociação 31/12/2019 e selecionando o motivo de desassociação “Outro” e na caixa de texto adicionando o texto “alteração do tipo de sistema”;
- Adicionar novamente a embalagem para selecionar “integrado” no campo de “tipo de sistema”.

Os passos de desassociação encontram-se ilustrados no Capítulo 4.2 do [Manual](#) e os passos de adição de novo produto (com detalhe de sistema integrado) estão ilustrados no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

C24. O tipo de plástico da minha embalagem não aparece na lista. O que fazer?

As siglas dos tipos de plástico das embalagens no SILiAmb encontram-se em Português, pelo que deve verificar a sua correspondência na tabela seguinte.

Inglês	Português
--------	-----------

PET - Polyethylene terephthalate	PET - Polietileno tereftalato
HDPE ou PEHD - High density polyethylene	PEAD - Polietileno de Alta Densidade
LDPE – Low density polyethylene	PEBD - Polietileno de Baixa Densidade
PP - Polypropylene	PP - Polipropileno
EPS - Expanded polystyrene	EPS - Poliestireno expandido

Apenas se não se tratar de nenhuma das opções da tabela, deve selecionar a opção “outro tipo de plástico” e, na caixa de texto, indicar todos os tipos de plástico que não estejam na listagem e que pretende adicionar ao Enquadramento.

Nota: Deve ser criada uma linha para cada tipo de plástico em causa, entre os descritos na tabela. Contudo, quando pretende indicar 2 ou mais “outros tipos de plástico”, deve indicá-los todos na mesma caixa de texto, adicionando o produto na tabela uma única vez. **Não** deve adicionar várias vezes o produto com o mesmo detalhe para criar uma linha na tabela para cada “outro tipo de plástico”.

C25. As embalagens secundárias e terciárias que acondicionam as embalagens de serviços têm de ser declaradas à entidade gestora pelo fornecedor das embalagens de serviço?

A responsabilidade pela gestão das embalagens de serviço e resíduos de embalagens de serviço é atribuída, de uma forma excecional à regra, ao fornecedor das embalagens de serviço, isto é, ao fabricante ou ao importador dessas embalagens.

As embalagens secundárias e terciárias que acondicionam as embalagens de serviço são consideradas embalagens de produtos industriais/profissionais, na medida em que o produto é a embalagem de serviço. A embalagem de serviço em si é que será uma embalagem para produtos de grande consumo.

Assim, as embalagens secundárias e terciárias que acondicionam as embalagens de serviço não têm de ser declaradas pelo fornecedor de embalagens de serviço a uma entidade gestora do SIGRE mas têm de ser declaradas no SILiAmb.

C26. Os materiais que acondicionam resíduos têm de ser declarados enquanto embalagens?

Os materiais que acondicionam resíduos, tais como paletes com filme plástico e fitas metálicas, não se enquadram na definição de “embalagem”, pelo que não têm de ser declarados no Registo de Produtores/Embaladores.

D. Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE)

D1. Os Produtores que já estavam registados na ANREEE vão manter o mesmo número de registo após a validação do enquadramento?

Para os produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) que se encontravam registados na ANREEE até ao final do ano de 2017, o SILiAmb mantém o número de registo que já lhes estava atribuído.

D2. Os produtores de EEE têm de enquadrar e declarar as embalagens que acondicionam os EEE que declaram no registo?

Sim. O Registo de Produtores de Produtos abrange os fluxos mencionados na questão A2 onde se encontram incluídas as embalagens, embalagens essas que acondicionam e/ou transportam os EEE que os produtores estão a declarar.

Assim, caso seja embalador (ver questão C1), deve Editar o enquadramento adicionando os produtos de embalagens (passos descritos no Capítulo 5.1 do Manual).

Após validação do enquadramento de embalagens pela entidade gestora, se aplicável, deve editar as declarações (estimativa e correção) para submeter dados relativos a embalagens.

D3. Como adiciono subcategorias no Enquadramento?

Quando a categoria já se encontra no estado 'enquadrado' para adicionar subcategorias deve:

- Desassociar a categoria para a qual pretende adicionar a subcategoria, seguindo os passos descritos no Capítulo 4.2 do [Manual](#);
- Enquadrar novamente a categoria selecionando todas as subcategorias pretendidas, seguindo os passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

Caso a categoria à qual pretende adicionar subcategorias se encontre 'em validação', sugere-se contacto com a entidade gestora para o que a categoria seja indeferida e de seguida deve:

- Cancelar a categoria indeferida, seguindo os passos descritos no Capítulo 5.2.2 do [Manual](#);
- Enquadrar novamente a categoria selecionando todas as subcategorias pretendidas, seguindo os passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#).

D4. Como devo proceder à alteração das 10 categorias de EEE para as novas 6 categorias?

Desde 15 de agosto de 2018, por imposição do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, diploma que transpõe para direito interno a Diretiva 2012/19/UE, de 4 de julho, relativa aos REEE, todos os EEE devem ser reclassificados em 6 novas categorias, passando o âmbito de aplicação do mencionado Decreto-Lei a aberto e, consequentemente, podendo abranger equipamentos que até ali não se encontravam incluídos.

Assim, a partir da data mencionada ficaram reunidas todas as condições para que os produtores reenquadrem os EEE que colocam no mercado nas novas 6 categorias:

1. Os atuais enquadramentos em 10 categorias **foram automaticamente desenquadrados pela APA** a partir de dia 15.08.2018;

2. Os produtores, a partir dessa data, estarão em condições para acederem à plataforma SILiAmb, editarem o enquadramento já feito, e voltar a adicionar os EEE que colocam no mercado, desta vez distribuídos em 6 categorias, e respetivas subcategorias.

A APA disponibilizou, no seu portal, documentos de apoio relativos à transição para o novo âmbito e passagem de 10 para 6 categorias, assim como atualizou o documento de perguntas frequentes referente a REEE, documentos esses que devem ser devidamente consultados:

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197&sub3ref=290>

(Consultar os documentos no título “DOCUMENTOS DE APOIO”)

E. Óleos Alimentares

E1. Os produtores de óleos alimentares têm de declarar embalagens?

O Registo de Produtores de Produtos abrange os fluxos mencionados na questão A2 onde se encontram incluídas as embalagens, embalagens essas que acondicionam e/ou transportam os óleos alimentares que os produtores estão a declarar.

Assim, caso seja embalador (ver questão C1), deve Editar o enquadramento adicionando os produtos de embalagens (passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#)). Após validação do enquadramento de embalagens pela entidade gestora, se aplicável, deve editar as declarações (estimativa e correção) para submeter dados relativos a embalagens.

F. Óleos Lubrificantes

F1. Uma empresa que importe equipamentos que contenham óleo tem de se registar enquanto produtor de óleos novos?

A definição de produtor de produto, aplicável aos óleos lubrificantes, abrange os óleos incorporados em aparelhos, equipamentos ou veículos, pelo que deve registar-se no Registo de Produtores de Produtos.

F2. Um importador de veículos usados tem de se registar enquanto produtor de óleos?

Sim, pois é abrangido pela definição de produtor de produto – ver Perguntas A1, I3 e I4.

Deve declarar não só o óleo, como as baterias e pneus contidos nos veículos importados.

F3. Os produtores de óleos lubrificantes têm de declarar embalagens?

O Registo de Produtores de Produtos abrange os fluxos mencionados na questão A2 onde se encontram incluídas as embalagens, embalagens essas que acondicionam e/ou transportam os óleos lubrificantes que os produtores estão a declarar.

Assim, caso seja embalador (ver questão C1), deve Editar o enquadramento adicionando os produtos de embalagens (passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#)). Após validação do enquadramento de embalagens pela entidade gestora, se aplicável, deve editar as declarações (estimativa e correção) para submeter dados relativos a embalagens.

G. Pilhas e Acumuladores

G1. Os Produtores que já estavam registados na ANREEE, Ecopilhas ou Valorcar vão manter o mesmo número de registo após a validação do enquadramento?

Para as pilhas e acumuladores não se mantém o número de registo atribuído pela ANREEE, Ecopilhas ou Valorcar. Assim, aquando do enquadramento no SILiAmb, é atribuído um novo número de registo aos produtores de pilhas e acumuladores.

G2. Só coloco uma a duas pilhas anualmente no mercado. Como declaro esta quantidade tão pequena quando o sistema tem um número limitado de casas decimais?

Consulte a questão B4 para este tema.

G3. Os produtores de pilhas e acumuladores têm de declarar embalagens?

O Registo de Produtores de Produtos abrange os fluxos mencionados na questão A2 onde se encontram incluídas as embalagens, embalagens essas que acondicionam e/ou transportam as pilhas e acumuladores que os produtores estão a declarar.

Assim, caso seja embalador (ver questão C1), deve Editar o enquadramento adicionando os produtos de embalagens (passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#)). Após validação do

enquadramento de embalagens pela entidade gestora, se aplicável, deve editar as declarações (estimativa e correção) para submeter dados relativos a embalagens.

H. Pneus Usados

H1. Os produtores de pneus têm de declarar embalagens? E os rótulos/etiquetas?

O Registo de Produtores de Produtos abrange os fluxos mencionados na questão A2 onde se encontram incluídas as embalagens. Exemplos de embalagens a considerar neste âmbito são as utilizadas para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar os pneus, incluindo o filme plástico ou embalagem de papel, etiquetas/rótulos apostos no pneu, bem como embalagens para transporte tais como paletes. Assim, caso seja embalador (ver Perguntas Frequentes A2 e C1), deve Editar o enquadramento adicionando os produtos de embalagens (passos descritos no Capítulo 5.1 do [Manual](#)). Após validação do enquadramento de embalagens pela entidade gestora, se aplicável, deve editar as declarações (estimativa e correção) para submeter dados relativos a embalagens.

Os rótulos/etiquetas de pneus são considerados embalagens uma vez que apresentam o produto e se encontram apensos ou apostos aos pneus (definição constante no n.º 1, alínea r) do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 152-D/2017, de 11 de dezembro).

Para efeitos de Enquadramento no Registo de Produtores/Embaladores, no SILiAmb, deve ter em conta a quem são vendidos os pneus. Se os pneus rotulados/etiquetados são vendidos para uso industrial/profissional (por exemplo oficinas), deve enquadrar a embalagem consoante o material da mesma:

- Embalagens generalistas | Embalagens de produtos industriais/profissionais | Não reutilizável | Primária | Plástico | Tipo de plástico (selecionar).

- Embalagens generalistas | Embalagens de produtos industriais/profissionais | Não reutilizável | Primária | Papel/cartão.

Neste caso, no campo de “sistema de gestão”, deve selecionar “não abrangido por sistema de gestão”.

Se os pneus rotulados/etiquetados são vendidos ao consumidor final/particular, deve enquadrar a embalagem consoante o material da mesma:

- Embalagens generalistas | Embalagens de produtos de grande consumo | Não reutilizável | Primária, exceto embalagem de serviço | Plástico | Tipo de plástico (selecionar).

- Embalagens generalistas | Embalagens de produtos de grande consumo | Não reutilizável | Primária, exceto embalagem de serviço | Papel/cartão.

Neste caso, uma vez que se tratam de embalagens de produtos de grande consumo não reutilizáveis, deve ser contratualizada uma entidade gestora de resíduos de embalagens

(Electrão, Novo Verde ou SPV), pelo que no campo de “sistema de gestão” deve seleccionar “integrado”.

Notas:

- Para os rótulos/etiquetas de plástico, no campo de “tipo de plástico” apenas deve ser seleccionada a opção “outro tipo de plástico” quando não se aplica nenhuma das outras opções (PET, PEAD, PEBD, PP, EPS);
- Apenas no caso de não saber se os rótulos/etiquetas são de plástico ou de papel, deverá escolher a opção de material “outro material de embalagem”.

H2. Como obter informação da quantidade de pneus colocados no mercado em peso (t)?

Os produtores devem declarar o número de pneus colocados no mercado bem como o respetivo peso (em toneladas). Para declarar o peso, os produtores que não sejam os fabricantes devem solicitar esta informação aos seus fornecedores. Caso não consigam obter esta informação pode ser utilizada a tabela de conversão, de unidades para peso, utilizada pela entidade gestora Valorpneu:

https://www.valorpneu.pt/artigo.aspx?caso=GRAFICOS&lang=pt&id_object=1330&name=Indicadores-Valorpneu

Salienta-se no entanto que, sempre que possível, deve ser declarado o peso efetivo e não o peso calculado através da tabela de conversão.

I. Veículos

I1. Uma empresa que comercialize máquinas agrícolas, industriais e/ou movimentação de cargas tem de se enquadrar nos Veículos?

Deve efetuar enquadramento no Registo de Produtores de Produtos se for abrangido por um das alíneas da definição de ‘produtor de produto’ (ver Pergunta A1) e se as máquinas agrícolas, industriais e movimentação de cargas, forem consideradas veículos ou equipamentos elétricos e eletrónicos.

Genericamente, pode-se considerar que as máquinas, com matrícula, homologadas pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes enquadram-se na definição de veículos, enquanto que as máquinas que dependem de corrente elétrica ou de campos eletromagnéticos para funcionarem corretamente enquadram-se na definição de equipamentos elétricos e eletrónicos. Mais se informa que no Decreto-Lei mencionado é apresentada, na alínea 5) do artigo 2.º, uma listagem de equipamentos elétricos e eletrónicos que se encontram excluídos do âmbito de

aplicação do diploma. As exclusões não têm obrigação de registo enquanto produtor de produto.

12. Como se reporta a informação prevista no n.º 6 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017?

Os fabricantes e importadores de veículos devem reportar a informação sobre as ações levadas a cabo no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, ou seja:

a) Ações desenvolvidas para controlar e reduzir a utilização de substâncias perigosas nos veículos, a partir da fase da sua conceção, com vista a evitar a sua libertação para o ambiente, a facilitar a reciclagem e a evitar a necessidade de eliminar resíduos perigosos;

b) Ações desenvolvidas nas fases de conceção e de produção de novos veículos, tomando em consideração a necessidade de desmantelamento, reutilização e valorização, especialmente a reciclagem, de Veículos em Fim de Vida (VfV), bem como dos seus componentes e materiais;

c) Ações desenvolvidas para integrar, progressivamente, uma quantidade crescente de materiais reciclados nos veículos, seus componentes ou outros produtos, com vista ao desenvolvimento do mercado de materiais reciclados.

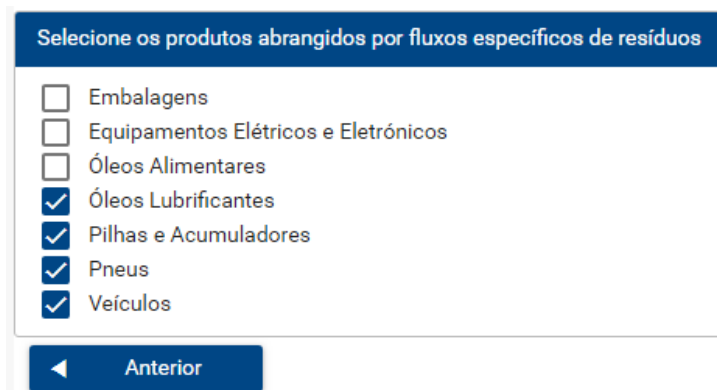
Atendendo à necessidade de desenvolvimentos no SIRER/SILiAmb para a reporte da informação relativa ao ano de 2019, os fabricantes e importadores de veículos devem enviar o modelo de Relatório preenchido, disponível no portal da APA, até 31 de março de 2020 para geral@apambiente.pt:

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197&sub3ref=277>

13. Que produtos devem ser enquadrados e declarados pelos produtores de veículos?

Os produtores de veículos devem enquadrar os veículos bem como os produtos incorporados nos veículos, ou seja, devem enquadrar e submeter declarações relativamente aos produtos: Óleos lubrificantes, Pilhas e Acumuladores, Pneus e Veículos.

Assim, na edição do Enquadramento devem ser seleccionadas as opções da figura:



Selecione os produtos abrangidos por fluxos específicos de resíduos

- ☐ Embalagens
- ☐ Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
- ☐ Óleos Alimentares
- ☒ Óleos Lubrificantes
- ☒ Pilhas e Acumuladores
- ☒ Pneus
- ☒ Veículos

◀ Anterior

Na declaração devem aparecer os separadores da figura:

Óleos Lubrificantes	Pilhas e Acumuladores	Pneus	Veículos
Produtos			

14. Os importadores de veículos usados têm de se registar?

Sim, desde 1 de janeiro de 2018 que os importadores de veículos usados são abrangidos pela definição de ‘produtor de produto’ do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, pelo que, de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º do mesmo decreto-lei, devem registar-se no Registo de Produtores de Produtos, comunicando as categorias e quantidades de veículos colocados no território nacional.

Para além dos veículos devem também enquadrar e declarar os produtos incorporados nos veículos, conforme explicado na pergunta anterior, I3.

15. No Enquadramento, qual o “tipo de sistema” que deve ser selecionado pelos fabricantes e pelos importadores de veículos?

As empresas que colocam, em território nacional, veículos e/ou veículos usados das categorias **M1, N1 e 3 rodas, excluindo triciclos a motor**, estão obrigadas à adesão a uma entidade gestora ou constituição de um sistema individual para a gestão de veículos em fim de vida. Assim, caso não tenham sistema individual autorizado (autorização atribuída por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e do ambiente), no enquadramento devem selecionar a opção “sistema integrado”.

As empresas que colocam, em território nacional, veículos e/ou veículos usados das restantes categorias - **M2, M3, N2, quadriciclos, 2 e 3 rodas e ‘outras categorias de veículos’** - devem enquadrar essas categorias selecionando a opção “não abrangido por sistema de gestão”.

16. Sou operador de desmantelamento de VFV e quando importo veículos ainda não sei se é para desmantelamento ou para venda enquanto veículo em 2.ª mão. Tenho de me registar? E como preencho a declaração?

Considera-se que o veículo é um VFV e portanto um resíduo e que por isso está sujeito à legislação relativa ao Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR) quando pelo menos um dos seguintes critérios se verifique:

- Existência de um certificado de destruição do veículo;
- O veículo provém de um operador de gestão de resíduos;
- O veículo tem entre os seus constituintes qualquer material que seja necessário eliminar ou cuja exportação seja proibida ao abrigo da legislação nacional ou comunitária (por exemplo CFC ou NCFC contidos em sistemas de ar condicionado, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1005/2009);

- O veículo é um salvado/não é adequado para reparações menores/tem componentes essenciais danificados (por exemplo provocados por um acidente) ou está cortado em pedaços (por exemplo duas metades).

Caso nenhum dos critérios seja verificado e o veículo seja introduzido em Portugal enquanto produto e não resíduo, entende-se haver colocação do mercado (definição do Decreto-Lei n.º 152-D/2017: primeira disponibilização de um produto no mercado em Portugal, enquanto atividade profissional) pelo que o operador é abrangido pelo conceito de ‘produtor de produtos’ (definição da alínea nn) do artigo do Decreto-Lei n.º 152-D/2017) e deve registar-se no Registo de Produtores de Produtos no SILiAmb. Na pergunta frequente I4 encontram-se descritos os produtos que devem ser enquadrados.

Quanto ao preenchimento de declarações, na Declaração de Estimativa devem ser introduzidos dados relativos aos veículos em 2.ª mão que estima colocar mercado, em Portugal, nesse ano e na Declaração de Correção deve ser feito o acerto considerando as quantidades associadas aos veículos importados enquanto produtos, ou seja, todos aqueles para os quais não foi seguido o procedimento definido no MTR.

Note-se que os operadores de desmantelamento que procedam à atividade de comércio de veículos devem ter o respetivo código CAE, para além do CAE 38311 (Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida).

Quanto aos procedimentos de MTR aplicáveis, sugere-se a leitura da secção própria do sítio Internet da APA [aqui](#). Como regra de bolso, se os VFV tiverem como destino uma operação de valorização e forem veículos já descontaminados / despoluídos (LER160106) aplica-se o procedimento [“Lista Verde”](#) (*requisitos gerais de informação* nos termos do Artigo 18.º). Se o VFV não estiver descontaminado / despoluído (LER160104*) aplica-se o procedimento [“Lista Laranja”](#) (*“procedimento prévio de notificação e consentimento escrito”*). As disposições completas que se aplicam ao MTR de VFV podem também ser consultadas [aqui](#).

Para outras questões envie mensagem no SILiAmb selecionando o tema ‘Resíduos’ e indicando no assunto ‘Registo de Produtores’. Para envio de anexos no campo “Tipo” deve selecionar a opção “Envio de documentos”.